

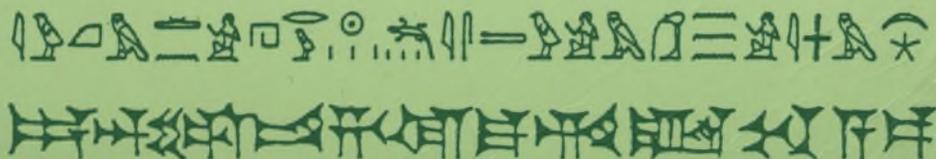
CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

2



E D I C I O E S
C O S M O S



RAINER ALBERTZ et alii (ed.), *Schöpfung und Befreiung*, Für Claus Westermann zum 80. Geburtstag, Calwer Verlag, Estugarda 1989, 284 pp. ISBN 3-7668-3034-1.

A *Festschrift* dedicada por discípulos e colegas ao renomado professor de Heidelberg sintetiza no título duas tradições bíblicas centrais e dois pontos fortes da aturada e profíqua investigação de C. Westermann. «Criação e libertação» são lema e programa; não definem o âmbito dos conteúdos, que, por um lado, abarcam as três secções do cânone veterotestamentário e, por outro, pretendem lançar uma ponte entre a Universidade e a vida. Daí a estrutura quadripartida da Obra. «Torah e história» (pp. 11-66) engloba os contributos de G. Liedke «Geschaffen in sieben Tagen. Gen 1 — gehört in der ökologische Krise?» (pp. 13-24), J. J. Scullion, «What of Original Sin? The Convergence of Genesis 1-11 and Romans 5:12» (pp. 23-36), R. Albertz, «Die Intentionen und die Träger des Deuteronomistischen Geschichtswerks» (pp. 37-53), J. Kegler, «Das Zurücktreten der Exodustradition in den Chronikbüchern» (pp. 54-66); «Profecia» (pp. 67-136) desdobra-se em J. R. Porter, «The Supposed Deuteronomic Redaction of the Prophets. Some Considerations» (pp. 69-78), E. Ruprecht, «Ist die Berufung Jeremias im 'Jünglingsalter' und seine 'Frühverkündigung' eine theologische Konstruktion der deuteronomistischen Redaktion des Jeremiabuches?» (pp. 79-91), H. Weippert, «Schöpfung und Heil in Jer 45» (pp. 92-103), M. Weippert, «Die 'Konfessionen' Deuterocesajas» (pp. 104-115), M. Saebo, Vom Individuellen zum Kollektiven. Zur Frage einiger innerbiblischer Intepretationen» (pp. 116-125), W. Brueggemann «A Poem of Summons (Is. 55:1-3) / A Narrative of Resistance (Dan. 1:1-21)» (pp. 126-136); «Salmos e sabedoria» (pp. 137-188) contém: F. Crüsemann, «Im Netz. Zur Frage nach der 'eigentlichen Not' in den Klagen der Einzelnen» (pp. 139-148), F. G. Golka, «Die Flecken des Leoparden. Biblische und africkanische Weisheit im Sprichwort» (pp. 149-165), M. Augustin, «Sinn des Lebens — Sinn des Leidens. Betrachtungen zur marxistischen Hiob-Interpretation von Milan Machovec als Beitrag zum alttestamentlich-philosophischen Dialog» (pp. 166-177), H.-P. Müller, «Neue Aspekte der Anfragen Hiobs» (pp. 178-188); finalmente, lemos em «Judaísmo e Cristianismo como herdeiros do Antigo Testamento» (pp. 189-261): R. Rendtorff «Christologische Auslegung als 'Rettung' des Alten Testaments? Wilhelm Vischer und Gerhard von Rad» (pp. 191-203), H. E. Todt, «Die evangelische Kirche und der Judenpogrom im November 1938» (pp. 204-219), «Lernen und Lehren. Skizze eines

lebenswichtigen Vorgans für das Volk Gottes» (pp. 220-232), R. Landau, «Vom Traditionszerbruch zum Evangelischen Lehrhaus, Vorüberlegungen zu einem notwendigen Projekt» (pp. 233-250), U. Bergmann, «Hat die Bibel eine Botschaft für den ganzen Menschen? Die Frage melanesischer Christen an Theologie und kirchliche Praxis in Europa, Amerika und Australien» (pp. 251-261). A obra encerra com listas de colaboradores (pp. 262-264) e de siglas (pp. 265-266), e Índices (pp. 267-274: analítico; pp. 274-284: de lugares bíblicos). Seja-me lícito, por razões de espaço e de presumível interesse dos leitores, salientar alguns temas.

G. Liedke, que desde 1972 procura valorizar e exegese de Westermann ao Livro do Génesis para a problemática ecológica, acentua a função existencial (não primariamente intelectual) das narrativas de criação, destinadas a assegurar a continuação da ordem cósmica, e o sentido do descanso e do lazer (sábado). Pelo sábado divino se ligam os dois esquemas fundamentais e não facilmente harmonizáveis de oito obras realizadas em seis dias. Domínio da terra, sim (Gn 1, 28), mas limitado (exclui a morte de animais para alimentação do homem). «Não há em Gn 1 qualquer alusão a domínio de homens sobre homens» (p. 22). E o domínio sobre a natureza tem não só limites ecológicos, mas também condicionantes sociais: «O 'submete a terra' vale para todos os homens e não apenas para alguns superexploradores» (*ibidem*).

R. Albertz procura uma saída para o beco em que se acotovelam os teorizadores da composição literária da História Deuteronomista, a contas com tensões internas iniludíveis. Como entender origem e data de uma obra em que ao lado de tiradas antimonárquicas se valoriza a monarquia, em que a insistência no recto lugar de culto vai de mãos dadas com perspectivas acultuais, em que relatos e intervenções proféticos convivem com certa distanciação em relação à profecia? Rejeitando as «soluções aparentes da crítica literária» (pp. 39-40) — leia-se «escola de Göttingen» com os seus estratos horizontais (DtrG/DtrH, DtrP e DtrN) *versus* corte vertical de F. M. Cross e discípulos —, R. Albertz opta pela solução da história das tradições, na esteira de M. Noth. Mas não só abandona a hipótese de um único autor, defendida pelo grande mestre de Königsberg e Bona, como procura investigar os interesses e camadas sociais a que a História Deuteronomista empresta a voz. Esta é obra de um grupo. E há toda a probabilidade de ter sido elaborada no prazo máximo de quatro décadas, entre a libertação de Joyakin por Amel Marduk (561) e a inauguração do segundo templo de Jerusalém (515).

Na opinião dos historiadores deuteronomistas, quase todas as grandes crises nacionais se tinham devido a erros de política cultural: sincretismo (1 Re 11,5-7), culto nos «lugares altos» e prostituição sagrada (1 Re 14,23-24), culto de Baal (2 Re 8,18; cf. 11,18). Se o reino de Judá escapou quase por milagre a essas crises, não foi por causa das reformas religiosas de Asa e Ezequias, mas sim pela presença salvadora de realza e templo.

Ao contrário dos redactores deuteronomistas do Livro de Jeremias que não atribuíam qualquer significado salvífico nem à realza davídica nem ao templo de Jerusalém (Jer 7,1-15; 22,24-29: permanece a condenação de Joyakin), os autores da História Deuteronomista acreditavam seriamente no valor destes dois pilares da existência do Estado. Enquanto aqueles advertiam da inutilidade do templo para evitar a catástrofe (Jer 7,1-15), punham estes nele a sua esperança. Viam aqueles o pecado não só no âmbito religioso mas também no social (Jer 34) e exigiam consequentemente uma conversão que abarcasse o comportamento social (Jer 7,3ss; 22,3; 35,15ss etc.), insistiam estes monocordicamente na apostasia religioso-cultural. Ambos os grupos partiam de uma base teológica comum (Deuteronomio), tinham linguagem e modo de argumentação semelhantes e os dois se devem considerar portadores das tradições deuteronomistas; mas divergem manifestamente na valorização da realza, do templo e dos deveres sociais. A mais próxima corrente de opinião contemporânea era porventura a dos discípulos de Ezequiel, para quem o templo garantia a presença de Javé no meio do seu povo (Ez 37,26-28; 43,1-9) — para os autores da História Deuteronomista o templo era o sítio onde Israel podia de modo especial invocar o seu Deus. Em qualquer dos casos, o futuro de Israel como nação e a sua relação com Deus passam necessariamente pelo templo de Jerusalém.

Quanto aos grupos de interesses e camadas sociais a que a História Deuteronomista empresta a voz, R. Albertz encontra-os no círculo de expoentes de um partido nacional-religioso que vinha dos tempos de Josias, agrupando sacerdotes, profetas e leigos influentes à volta de temas centrais como o templo, a instituição dinástica e a teologia de Sião (pp. 47-50).

M. Augustin estabelece um diálogo irénico com o filósofo marxista Milan Machovec centrado na interpretação do Livro de Job. Recorda que antes de Machovec já outro filósofo existencialista, S. Kierkegaard, recorrera a Job (p. 169) e que estudos contemporâneos de R. Albertz e F. Crüsemann demonstraram que o problema de Job

surgiu num clima de fortes antagonismos sociais (p. 173). «Se tomarmos a sério a afirmação que a exegese histórico-crítica do especialista de Antigo Testamento e a interpretação marxista do filósofo são duas torrentes da mesma fonte, então a compreensão filosófica do material de Job pelo marxista checo Milan Machovec e a sua relação com a filosofia existencial e com a interpretação de Ernst Bloch são não apenas um apêndice («Anhängsel») para a exegese veterotestamentária, mas parte integral de uma compreensão global de Job» (p. 172). A interpretação marxista teria a ganhar com a análise histórico-social dos *Alttestamentler*. E estes com as preocupações sociais dos marxistas. «Importante é que a visão teológica da questão de Job não sublima apressadamente em Deus problemas e antagonismos, e tome a sério a crítica da filosofia marxista em vez de rejeitar a interpretação filosófica como teologicamente inaceitável» (p. 174).

O estudo de H. E. Todt procura iluminar um capítulo incómodo da história alemã contemporânea — a relação da Igreja oficial evangélica com o anti-semitismo e o pogrom de Novembro de 1938. Enquanto regista «com vergonha e horror que nenhum protesto alto e público se ouviu da Igreja evangélica contra esse acto e as medidas que se lhe seguiram» (p. 206), o Autor recorda, entre outras coisas, a grande pressão a que essa comissão esteve sujeita e a rejeição enérgica do bispo Wurm e do seu círculo.

José Nunes Carreira

MANFRED GORG, *Beitrage zu Zeitgeschichte der Anfänger Israels, Dokumente — Materialien — Notizen (Ägypten und Altes Testament, 2)* Otto Harrassowitz, Wiesbaden 1989, 225 pp. + 40 pranchas.

O *Alttestamentler* e o egiptólogo de Munique oferece aos especialistas e interessados de um e outro campo científico um conjunto de estudos egiptológicos para a história de Israel. É que «a *história de Israel*, reconhece o Autor logo de entrada, começa antes da história de *Israel*. Uma tentativa de reconstrução dos processos que levaram à formação de uma entidade política e unidade 'Israel' tem de ter em conta desenvolvimentos de longa duração no Próximo Oriente e mudanças políticas estruturais no domínio das relações entre as potências orientais da Ásia Anterior e do Egipto. (...) A presente co-